



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

PARECER LEGISLATIVO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Proposição: Anteprojeto de Lei 048/2023, que "Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2024".

Autoria: Gilson José de Gois, Prefeito Municipal.

Relatoria: Dercino Leonildo de Sá

1. RELATÓRIO

Trata-se do Anteprojeto de Lei 048/2023, que "Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2024".

A matéria foi protocolada em 30/08/2023, respeitando o prazo para apresentação dessa espécie de lei orçamentária ao Poder Legislativo.

A Procuradoria Jurídica do Poder Legislativo exarou parecer favorável quanto aos aspectos legais.

Pautada em sessão plenária, foi despachada para a Comissão de Finanças e Orçamento, por força do artigo 85 do Regimento Interno da Casa, que destaca que as leis orçamentárias somente tramitam pela Comissão de Finanças e Orçamento, sendo vedada a solicitação de audiência de outra comissão.

Realizou-se, inclusive, audiência pública para discussão das metas e programas pelo Poder Executivo Municipal no dia 29 de agosto de 2023, conforme ata de reunião e demais documentos anexos ao Projeto em tela, bem como realizou-se audiência pública a pedido desta Comissão na data de 04 de outubro de 2023 nesta Câmara Municipal no período de discussão do Projeto, em respeito a Lei de Responsabilidade Fiscal.

É este o relatório.



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

2. ANÁLISE

As leis orçamentárias são instrumentos de suma importância para a administração municipal, uma vez que delas dependem as realizações de programas e metas das diversas áreas governamentais. Assim, é primordial que o município faça a ampla divulgação e que a Câmara promova o debate, como Casa Legislativa e representativa que exerce de forma constitucional.

De início, antes de adentrar ao mérito deste Projeto de Lei, é importante a análise de seus requisitos processuais. Conforme se verifica no Projeto em epígrafe, conforme Parecer Jurídico, cumpriu-se adequadamente a iniciativa e a competência do tema. Também verifica-se que o projeto foi protocolado nesta Casa Legislativa ^{PARANÁ} foi no dia 30 de agosto de 2023, estando, portanto, tempestivo, com base no artigo 35, §2º, dos Atos de Disposições Transitória, que aduz que o projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Doravante, elucida-se a grande importância do Projeto de Lei ora analisado. Com a evolução do direito público e a maior responsabilidade dos gestores para com o erário público, deve-se realizar a previsão dos recursos e despesas para o ano subsequente. Tal previsão, comina-se nas leis orçamentárias, às quais devem ser elaborados e executadas com base em algumas normas, em especial: a Constituição Federal (principalmente os artigos 165 a 169); a Lei 4.320/64; e a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O artigo 165, §5º da Constituição Federal, aduz que a Lei Orçamentária Anual - LOA é o Orçamento Público propriamente dito, isto é, o instrumento no qual estão estimadas as receitas (fontes de recursos) e fixadas as despesas (gastos públicos) para determinado exercício financeiro, o qual coincide com o ano civil, ou seja, compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Logo, para cada exercício financeiro, teremos uma Lei Orçamentária Anual diferente. A LOA atualmente é considerada um Orçamento-Programa, pois baseia-se em diversos programas de trabalho a serem executados por diversas unidades orçamentárias.

Sendo o instrumento utilizado para a consequente materialização do conjunto de ações e objetivos que foram planejados visando ao atendimento e bem-estar da coletividade.



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

Conforme se vislumbra no projeto de lei analisado, cumpriu-se adequadamente com os requisitos exigidos pelos arts. 167, 168 e 169 da Constituição Federal.

Passando a analisar o projeto sobre o prisma da Lei 4.320/64, tem-se por obrigatório a discriminação de todas receitas e despesas do ente público de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade. Assim, todas as receitas e despesas constarão da LOA pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções, obedecendo assim o princípio do orçamento bruto.

No mérito, percebe-se que adequadamente concretizou-se a materialização das metas e prioridades planejadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, visou-se o atendimento e bem-estar da coletividade itaunense.

As previsões de orçamento e despesa representam a responsabilidade financeira do gestor público, apenas através de uma administração pública responsável e eficiente que se trará o bem estar da coletividade.

Por fim, essa Comissão constatou a compatibilidade desse Projeto de Lei com as demais leis orçamentárias do Município que são o Plano Plurianual - PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Importante seja o presente parecer remetido à Mesa, caso seja votado favorável por essa Comissão, a qual deverá incluir esse parecer na ordem do dia, nos termos do artigo 86, do Regimento Interno, cuja matéria da ordem do dia deverá ser exclusiva, de acordo com o artigo 166, parágrafo único, do Regimento Interno. É esta a análise.

4. VOTO

Senhores parlamentares, em decorrência da análise da proposição, voto pelo acolhimento da matéria integral.

Sala das Comissões, 06 de outubro de 2023.


Vereador Dercino Leonildo de Sá

Relator da Comissão de Finanças e Orçamento



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

5. RESULTADO DA VOTAÇÃO

Reunidos os senhores vereadores, em 06 de outubro de 2023, após leitura do parecer do relator, votaram os vereadores, na seguinte ordem:

Silvio de Mazzi dos Santos (presidente): ☒ com o relator () contrário ao relator

João Paulo Belém (membro): ☒ com o relator () contrário ao relator

Resultado: Os vereadores votaram da seguinte forma: (3) votos pela aprovação do parecer e ☒ votos pela reprovação do parecer.

Desse modo, o parecer ficou: ☒ APROVADO / () REPROVADO.

Vereador Silvio de Mazzi dos Santos

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Vereador Dercino Leonildo de Sá

Relator da Comissão de Finanças e Orçamento

Vereador João Paulo Belém

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento